



FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO – FAU

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Dezembro/2024



PELEGRINI & RODRIGUES
AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Conselheiros e Administradores da

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO – FAU

Uberlândia – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Fundação de Apoio Universitário – FAU** (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Fundação de Apoio Universitário – FAU** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as entidades sem fins lucrativos (ITG 2002) e pequenas e médias empresas (NBC TG 1.000).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa



PELEGRINI & RODRIGUES

AUDITORES INDEPENDENTES

opinião.

Outras informações

Auditoria das demonstrações contábeis correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentados para fins de comparação, são oriundos das demonstrações contábeis anteriormente por nós auditadas, cujo relatório sem modificações foi emitido em 03 de abril de 2024.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **Fundação de Apoio Universitário – FAU** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Somos responsáveis por obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas



PELEGRINI & RODRIGUES

AUDITORES INDEPENDENTES

brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



PELEGRINI & RODRIGUES
AUDITORES INDEPENDENTES

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Uberlândia, 28 de março de 2025

PELEGRINI & RODRIGUES

Auditores Independentes

CRC. DF – 360/O-1 S-MG

DocuSigned by:

PEDRO HENRIQUE PORTO GONCALVES

02F48513AD134A3...

Pedro Henrique Porto Gonçalves

Contador

CRC DF 021741/O-2

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO
BALANÇO PATRIMONIAL EM

		ATIVO	
		Nota	
			<u>31/12/2024</u>
			<u>31/12/2023</u>
Circulante			
Caixa, equivalentes de caixa	4	2.974.071,61	1.496.146,22
Aplicações - recursos com restrições	5	190.942.775,65	175.105.903,74
Contas a receber	6	2.817.258,86	1.986.511,19
Adiantamentos	7	6.442.571,47	5.528.906,74
Outras contas	8	1.171.580,38	844.694,73
		204.348.257,97	184.962.162,62
Não Circulante			
Ativos Financeiros	9	5.127,51	1.290,68
Depósitos Judiciais	10	10.717.522,10	7.268.707,76
Investimentos	11	2.269.491,33	2.269.491,33
Imobilizado - bens com restrição	12	25.229.001,89	17.117.067,63
Imobilizado - bens sem restrição	13	2.539.015,70	2.514.636,86
Intangível	13	30.374,56	30.374,56
		40.790.533,09	29.201.568,82
		245.138.791,06	214.163.731,44
TOTAL DO ATIVO			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rafael Visibelli Justino
Diretor Executivo

Maria Geralda de Faria
Contadora CRC MG 093.123/O

DS
PHPG

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO
BALANÇO PATRIMONIAL EM
PASSIVO

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante			
Fundo Institucional a pagar	14	730.848,48	304.890,13
Parcelamento FINEP	15	47.095,47	156.939,62
Fornecedores	16	33.252,41	22.472,70
Outras contas a pagar	17	11.011,17	27.942,86
Obrigações tributárias	18	321.760,09	224.524,09
Salários e encargos	19	1.828.994,17	1.508.986,12
Adiantamento de convênios	20	767.504,60	1.352.511,08
Recursos de projetos e convênios em execução	20	200.571.391,60	181.960.674,81
		204.311.857,99	185.558.941,41
Não circulante			
Obrigações tributárias	21	10.717.522,10	7.268.707,76
Parcelamento FINEP	15	0,00	50.889,88
Imobilizado - bens com restrição	12	25.229.001,89	17.117.067,63
		35.946.523,99	24.436.665,27
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	22.1	4.168.124,76	3.962.011,91
Superávit (déficit) acumulado	22.1	712.284,32	206.112,85
		4.880.409,08	4.168.124,76
TOTAL DO PASSIVO		<u>245.138.791,06</u>	<u>214.163.731,44</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rafael Visibelli Justino
Diretor Executivo

Maria Geralda de Faria
Contadora CRC MG 093.123/O

DS
PHPG

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM

	Nota	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
RECEITAS			
Sem restrição			
Receita de repasses e das atividades	23	7.429.214,91	6.462.460,21
Com restrição			
Receita de convênios e demais projetos educacionais	24	149.756.914,93	114.082.847,24
Superávit Bruto		157.186.129,84	120.545.307,45
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	25	(3.586.414,82)	(3.164.664,57)
Despesas administrativas gerais	26	(3.821.751,92)	(2.936.314,40)
Depreciações e amortizações		(132.953,83)	(115.726,34)
Outras receitas (despesas)	27	979.746,33	104.937,13
		(6.561.374,24)	(6.111.768,18)
Com restrição			
Despesa de convênios e demais projetos educacionais	28	(149.756.914,93)	(114.082.847,24)
Total das despesas		(156.318.289,17)	(120.194.615,42)
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		867.840,67	350.692,03
Receitas financeiras	29	980.543,88	630.864,56
Despesas financeiras	29	(1.136.100,23)	(775.443,74)
		(155.556,35)	(144.579,18)
Superávit (déficit) do exercício		712.284,32	206.112,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rafael Visibelli Justino
Diretor Executivo

Maria Geralda de Faria
Contadora CRC MG 093.123/O

FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Descrição	Fundo Institucional	Superávit (déficit) acumulado	Patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2022	4.376.113,75	(414.101,84)	3.962.011,91
Incorporação do déficit	(414.101,84)	414.101,84	-
Superávit do exercício	-	206.112,85	206.112,85
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.962.011,91	206.112,85	4.168.124,76
Incorporação do superávit	206.112,85	(206.112,85)	-
Superávit do exercício	-	712.284,32	712.284,32
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.168.124,76	712.284,32	4.880.409,08

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rafael Visibelli Justino
Diretor Executivo

Maria Geralda de Faria
Contadora CRC MG 093.123/O



FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro
(Em Reais)

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Superávit (déficit) líquido do exercício	712.284,32	206.112,85
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado nas atividades operacionais:		
Provisão (reversão) créditos liquidação duvidosa	13.355,62	40,00
Depreciação e amortização	132.953,83	115.726,34
	<u>858.593,77</u>	<u>321.879,19</u>
(Aumento) Redução de Ativos:		
Contas a receber	(844.103,29)	(19.458,75)
Adiantamentos	(913.664,73)	(3.917.958,04)
Adiantamento Convênios/Outras contas	(326.885,65)	(195.270,64)
Depósito Judicial Realizável a Longo Prazo	(3.452.651,17)	(2.562.955,91)
Aumento (Redução) de Passivos:		
Fundo institucional	425.958,35	(247.749,79)
Contas a pagar	(6.151,98)	(219.196,19)
Parcelamento FINEP	(109.844,15)	9.656,30
Obrigações tributárias	97.236,00	(24.155,95)
Salários e encargos	320.008,05	270.748,30
Convênios a realizar	9.885.963,03	87.915.263,32
Imobilizado convênios	8.139.747,28	6.286.948,01
Obrigações tributárias de processos judiciais	3.448.814,34	2.561.694,37
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>17.523.019,85</u>	<u>90.179.444,22</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento:		
Redução/Aumento de aplicações financeiras vinculadas	(15.836.871,91)	(89.398.536,55)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(157.332,67)	(55.394,99)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	<u>(15.994.204,58)</u>	<u>(89.453.931,54)</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento:		
Aumento (redução) do parcelamento FINEP	-	(14.088,81)
Aumento (redução) do fundo institucional	(50.889,88)	(120.940,66)
Caixa líquido nas atividades de financiamento	<u>(50.889,88)</u>	<u>(135.029,47)</u>
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.477.925,39</u>	<u>590.483,21</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.496.146,22	905.663,01
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	2.974.071,61	1.496.146,22
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	<u>1.477.925,39</u>	<u>590.483,21</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Rafael Visibelli Justino
Diretor Executivo

Maria Geralda de Faria
Contadora CRC MG 093.123/O

DS
PHPG



FUNDAÇÃO DE APOIO UNIVERSITÁRIO
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores em reais)

1. CONTEXTO FUNDACIONAL

A Fundação de Apoio Universitário – FAU é uma fundação de direito privado, com personalidade jurídica própria, sem fins lucrativos, constituída em 20 de dezembro de 1982, com sede na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

A Fundação foi instituída pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com intuito de aprimorar e facilitar as atividades de administração financeira de cursos, projetos de pesquisa, ensino e extensão e ainda convênios e contratos com a interveniência da Universidade Federal de Uberlândia, atendendo à comunidade em geral.

Ao longo dos anos, a Fundação consolidou-se como fundação de apoio de caráter imprescindível para a consecução de atividades de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando o desenvolvimento científico e tecnológico da UFU no cenário nacional e internacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

Na elaboração das Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2024, foram adotadas as práticas contábeis aplicadas no Brasil e demais normas e técnicas contábeis para as entidades sem fins lucrativos. Foram tomadas como base de referência as orientações da Lei nº 11.638/2007, naquilo que importa às questões contábeis vinculadas às organizações que integram o Terceiro Setor, a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e a ITG 2002 (R1) – Entidades sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC Nº 1409/12, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.

2.2. Base de mensuração

A base de mensuração dos itens e dos fatos contábeis numa Demonstração Contábil é fundamental para a qualidade da informação contábil prestada, neste sentido as Demonstrações Contábeis foram elaboradas com base no custo histórico.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Fundação, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as normas contábeis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A entidade avaliou as principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras, envolvendo riscos de ajustes significativos nas demonstrações contábeis, são:

- a) perda estimada para crédito de liquidação duvidosa;
- b) vida útil dos bens ativo imobilizado; e
- c) provisões e contingências.

2.5. Critérios Contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de forma consistente ao longo dos exercícios apresentados.

2.6. Demonstração de Resultados Abrangentes

Nas movimentações do Patrimônio Líquido da Fundação para o exercício corrente e exercícios apresentados de forma comparativa não foram identificados outros resultados abrangentes que assim requeressem a elaboração e apresentação da Demonstração dos Resultados Abrangentes. Desta forma a Fundação não está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente – DRA.

2.7. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas em base líquida de acordo com a NBC TG 03 (R3) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3. PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pela Fundação, a seguir:

3.1. Regime Contábil

As transações são efetuadas de acordo com os Princípios de Contabilidade, obedecendo ao regime de competência.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, referentes à caixa, bancos e aplicações financeiras em títulos de renda fixa com disponibilidade imediata e são utilizados pela Fundação no gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. As aplicações financeiras são registradas ao valor original, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramentos dos exercícios. Em função disso são considerados como “equivalentes de caixa”, conforme estabelecido na NBC TG 03 (R3) - (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa).

3.3. Contas a receber de clientes

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, constituída considerando os créditos vencidos há mais de 180 dias após análise individual dos mesmos, sendo considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas.

3.4. Instrumentos financeiros

3.4.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros mantidos pela Fundação, quando aplicáveis, são classificados sob as seguintes categorias: (I) ativos financeiros mantidos até o vencimento e (II) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.4.2. Empréstimos e recebíveis

São incluídos nesta classificação os ativos financeiros não derivativos, com recebimentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor do custo amortizado utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros



é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva. No caso da Fundação compreendem principalmente o Contas a Receber.

Não tem sido política da Fundação operar com derivativos.

3.4.3. Passivos financeiros

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado recebem essa classificação quando são mantidos para negociação ou assim designados.

Outros passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, alocando sua despesa de juros pelo respectivo exercício.

Os passivos financeiros da Fundação incluem contas a pagar a fornecedores e convênios a realizar. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorrida.

A Fundação não opera com instrumentos financeiros derivativos para os passivos.

3.5. Demais ativos circulantes

São apresentados ao valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente. O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).

A mensuração também ocorre pelo valor justo, baseando-se no valor de mercado e não somente em critérios definidos pela entidade, segundo dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 46.

3.6. Propriedade para Investimentos

Refere-se a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou valorização de capital, mas não para venda no curso normal das operações, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Fundação decidiu manter sua propriedade para investimento mensurada pelo custo deduzidas depreciações formadas em exercícios anteriores.

3.7. Imobilizado

Os registros no imobilizado correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Fundação. É registrado ao custo de aquisição, reduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base no tempo de vida estimado dos bens, às taxas da Receita Federal do Brasil, mencionadas na nota 13 e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

Os gastos com peças de reposição e manutenções realizadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho de determinado bem são reconhecidos no ativo imobilizado e depreciados junto ao bem.

3.8. Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Fundação que geram benefícios econômicos futuros. São avaliados ao custo, menos amortização acumulada.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o exercício em que são utilizados, reconhecidos como despesa nas demonstrações de resultados na medida em que são incorridos.

3.9. Provisões

A provisão é reconhecida quando a Fundação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, conforme NBC TG 25 (R2) (em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes). A Fundação é parte de diversos processos judiciais e administrativos, sendo que provisões quando necessárias são constituídas para todas as contingências referentes a processos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos externos, da Fundação.

3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, em base “pro-rata” dia. Além disso, quando aplicável, as transações relevantes são ajustadas a valor presente, conforme NBC TG 12 (em consonância com o Pronunciamento Técnico do CPC 12 – Ajuste a Valor Presente).



3.11. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Fundação e possa ser mensurada de forma confiável.

3.12. Apuração do resultado

As receitas e despesas relacionadas à mesma transação ou a outro evento são reconhecidas, simultaneamente, de acordo com o princípio do confronto das despesas com as receitas (regime de competência).

3.13. Políticas Contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro

As principais políticas contábeis vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados com o objetivo de melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da Fundação, bem como permitir sua comparabilidade ao longo do tempo com as demonstrações de outras entidades.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Representam aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, mantidas com a finalidade de atender compromissos de reduzido prazo e para auferir rendimentos.

As contas do grupo são as primeiras a serem apresentadas no Balanço, dentro do Ativo Circulante. Constituídas para designar valor em caixa e bancos, representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e que não haja restrições de uso imediato.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento		
Bancos conta movimento - Recursos de terceiros	1.329.968,26	267.653,18
Total de bancos conta movimento	1.329.968,26	267.653,18
Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - Recursos Livres	1.644.103,35	1.228.493,04
Total de aplicações financeiras	1.644.103,35	1.228.493,04
Total de caixa e equivalentes de caixa	2.974.071,61	1.496.146,22

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

Representam aplicações financeiras de curto e médio prazos, vinculadas aos convênios, mantidas com a finalidade de atender compromissos dos convênios e para auferir rendimentos.



6. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber estão representados principalmente pela prestação de serviços. A Fundação reconhece perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial. É constituída e atualizada anualmente considerando as duplicatas vencidas há mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	2.837.814,48	1.993.711,19
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	(20.555,62)	(7.200,00)
Total de contas a receber	2.817.258,86	1.986.511,19

7. ADIANTAMENTOS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a funcionários	233.734,15	181.085,76
Adiantamentos para importação	6.166.744,19	5.323.109,82
Adiantamento de viagem	42.093,13	24.711,16
Total de adiantamentos	6.442.571,47	5.528.906,74

8. OUTRAS CONTAS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Tributos a recuperar	22.649,08	1.345,01
Adiantamento de projetos e convênios/outras contas	1.148.931,30	843.349,72
Total outras contas	1.171.580,38	844.694,73

9. ATIVOS FINANCEIROS

Representam cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 (cada) integralizado pela Fundação como cooperada em cooperativa de crédito de livre admissão. O capital do associado foi remunerado em percentual limitado a 100% da taxa referencial Selic para o exercício de 2023.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Cotas-partes integralizadas	10,00	10,00
Juros Integralizados	305,32	62,81
Rateios Integralizados	4.812,19	1.217,87
Total de cotas-partes	5.127,51	1.290,68

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam valores de depósitos judiciais realizados até publicação de sentença referente a ação ajuizada de procedimento comum em desfavor da UNIÃO, postulando provimento antecipatório que determine a imunidade tributária prevista nos artigos 150, 195 e 240 da Constituição da República, com a finalidade específica de afastar o pagamento dos impostos e contribuições federais, na condição de contribuinte de direito. Os valores demonstrados incluem os depósitos realizados referente ao valor do tributo mais variações monetárias ativas.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais PIS sobre folha de pagamento	277.265,68	219.763,92
Depósitos Judiciais PIS sobre receitas financeiras	3.207,80	1.901,62
Depósitos Judiciais COFINS sobre receitas financeiras	19.527,52	11.613,87
Depósitos Judiciais sobre COFINS sobre receitas de outras atividades	101.564,54	73.083,56
Depósitos Judiciais INSS patronal	10.315.956,56	6.962.344,79
Total de depósitos judiciais	10.717.522,10	7.268.707,76

11. INVESTIMENTOS

Refere-se unicamente à parte da edificação situada à Rua Francisco Vicente Ferreira, 126, Uberlândia – MG, destinada em caráter constante para auferir renda com aluguéis. A edificação possui separação de unidades facilmente identificáveis no valor de R\$2.269.491,33 (custo amortizado) representando 1.398,29 m² (mil e trezentos e noventa e oito metros quadrados e vinte e nove centímetros) do total de 2.284,74 m² (dois mil e duzentos e oitenta e quatro metros quadrados e setenta e quatro centímetros) construídos. Em 2024 a Fundação contabilizou em seu resultado receitas de aluguéis oriundas de contratos ativos firmados com pessoas jurídicas distintas.

12. IMOBILIZADO – BENS COM RESTRIÇÃO

Bens avaliados ao custo de aquisição, são reconhecidos quando da execução dos convênios e/ou projetos registrados na conta imobilizados para execução de convênios no ativo não circulante em contrapartida da conta imobilizados para execução de convênios no passivo não circulante.

As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas definidas no Anexo III da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil 1.700 de 2017 considerando a vida útil econômica dos bens.



Após o encerramento e aprovação das prestações de contas de convênios e/ou projetos, os bens são doados com base no contrato firmado, destinados à Universidade ou Instituto Federal de acordo com o termo de outorga, órgãos de fomento ou comunidades.

NOTA DO IMOBILIZADO (COM RESTRIÇÃO)

	2024								2023	
	Custo aquisição				Depreciação Acumulada				Líquido	Líquido
	Saldo	Adições	Baixas	Saldo	Saldo	Adições	Baixas	Saldo		
IMOBILIZADO, EM USO:										
Convênios e projetos vinculados UFU	36.438.736,28	12.101.612,83	(706.959,04)	47.833.390,07	(19.780.210,66)	(3.865.167,99)	679.146,02	(22.966.232,63)	24.867.157,44	16.658.525,62
Convênios e projetos Grupo Algar	94.429,37	-	-	94.429,37	(75.153,55)	(5.247,77)	-	(80.401,32)	14.028,05	19.275,82
Convênios e projetos Companhia Energética de Brasília	579.630,91	-	-	579.630,91	(307.569,27)	(59.371,53)	-	(366.940,80)	212.690,11	272.061,64
Convênios e projetos Fumas Centrais Elétricas	371.147,50	-	-	371.147,50	(203.942,95)	(32.078,26)	-	(236.021,21)	135.126,29	167.204,55
Total do Imobilizado em Uso	37.483.944,06	12.101.612,83	(706.959,04)	48.878.597,85	(20.366.876,43)	(3.961.865,55)	679.146,02	(23.649.595,96)	25.229.001,89	17.117.067,63
IMOBILIZADO TOTAL	37.483.944,06			48.878.597,85	(20.366.876,43)			(23.649.595,96)	25.229.001,89	17.117.067,63

13. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

O imobilizado é avaliado ao custo de aquisição. Compreende também os gastos diretamente atribuíveis para colocar maquinários e equipamentos em condições de operação, como peças de reposição (com vida útil superior a um ano) e grandes manutenções. Os ativos intangíveis são bens incorpóreos e identificáveis, sob o controle da Fundação. São avaliados ao custo, menos amortização acumulada.

As depreciações são calculadas pelo método linear às taxas definidas no Anexo III da Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil 1.700 de 2017 considerando a vida útil econômica dos bens.

A movimentação ocorrida no exercício de 2024 é a seguinte:

NOTA DO IMOBILIZADO (SEM RESTRIÇÃO) E INTANGÍVEL

	Deprec. % Amort a.a.	2024								2023			
		Custo aquisição				Depreciação Acumulada				Líquido	Líquido		
		Saldo	Adições	Baixas	Transf.	Saldo	Saldo	Adições	Baixas/Transf.ferências			Saldo	
IMOBILIZADO, EM USO:													
Terrenos	-	1.125.000,00	-	-	-	1.125.000,00	-	-	-	-	1.125.000,00	1.125.000,00	
Edificações	4	1.713.021,83	-	-	-	1.713.021,83	(479.724,79)	(68.672,15)	-	(548.396,94)	1.164.624,89	1.233.297,04	
Bens de valores diminutos	10	236.515,47	-	-	-	236.515,47	(236.515,47)	-	-	(236.515,47)	-	-	
Bens em poder de terceiros	10	928.256,15	-	-	-	928.256,15	(928.256,15)	-	-	(928.256,15)	-	-	
Biblioteca	10	364.838,20	-	-	-	364.838,20	(364.838,20)	-	-	(364.838,20)	-	-	
Mobiliário em geral	10	288.635,19	75.164,11	(11.770,00)	-	352.029,30	(238.133,65)	(13.966,21)	4.694,09	(247.405,77)	104.623,53	50.501,54	
Outros bens moveis	10	29.116,37	-	-	-	29.116,37	(22.457,04)	-	-	(22.457,04)	6.659,33	6.659,33	
Equipamentos e instalações	10	13.711,28	2.500,00	(1.540,00)	-	14.671,28	(5.093,35)	(1.131,07)	569,59	(5.654,83)	9.016,45	8.617,93	
Equipamentos de informática	20	1.215.289,77	61.927,31	(1.191,00)	-	1.276.026,08	(1.131.678,31)	(35.341,20)	773,99	(1.166.245,52)	109.780,56	83.611,46	
Máquinas motores e aparelhos	10	2.458.319,65	26.204,58	-	-	2.484.524,23	(2.451.370,09)	(13.843,20)	-	(2.465.213,29)	19.310,94	6.949,56	
Veículos	20	39.511,26	-	-	-	39.511,26	(39.511,26)	-	-	(39.511,26)	-	-	
Total do Imobilizado em Uso	-	8.412.215,17	165.796,00	(14.501,00)	-	8.563.510,17	(5.897.578,31)	(132.953,83)	6.037,67	(6.024.494,47)	2.539.015,70	2.514.636,86	
IMOBILIZADO TOTAL		8.412.215,17				8.563.510,17	(5.897.578,31)			(6.024.494,47)	2.539.015,70	2.514.636,86	
INTANGÍVEL:													
Direito de uso	-	31.638,65	-	-	✓	31.638,65	(1.264,09)	-	-	✓	(1.264,09)	✓	30.374,56

14. FUNDO INSTITUCIONAL

O Fundo Institucional da Universidade Federal de Uberlândia representa além dos recebimentos das mensalidades dos alunos de Pós-Graduação dos cursos administrados pela FAU e Termo de Acordo assinado em 18 de janeiro de 2018 e quitado no ano de





2024, entre a Universidade Federal de Uberlândia e a Fundação de Apoio Universitário, o ressarcimento para o uso de bens e de serviços próprios da Universidade para a execução de projetos de ensino, pesquisa, extensão, artístico-cultural e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e de estímulo à inovação, quando devido. O valor do ressarcimento não poderá exceder a 3% (três por cento) do valor total de cada projeto, e, quando devido, deverá ser repassado integralmente para o Fundo Institucional de Desenvolvimento da Universidade, criado pela Resolução nº 05/2002 do Conselho Universitário.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Repases a serem realizados	730.848,48	290.801,32
Saldo a pagar do Termo de Acordo	0,00	14.088,81
Total Circulante	730.848,48	304.890,13

15. PARCELAMENTO FINEP

Em 29/11/2019 foi assinado pela Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP e Fundação de Apoio Universitário – FAU, o termo de parcelamento de débito, referente ao convênio 01.07.0481.00, em 60 meses, no montante de R\$ 622.334,21 (seiscentos e vinte e dois mil e trezentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos). O saldo é atualizado mensalmente utilizando-se a taxa SELIC.

Restam 03 (três) parcelas para pagamento, sendo em 31/12/2024 a posição de circulante e não circulante:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	47.095,47	156.939,62
Não circulante	0,00	50.889,88

16. FORNECEDORES

Referem-se às obrigações correntes com fornecedores de materiais e ativo permanente utilizados pela FAU, parcelados com cartão de crédito em até 10 (dez) meses.

17. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Representam valores de reembolsos de despesas recebidos e pendentes de repasse para os respectivos convênios e/ou projetos.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
IRRF sobre serviços pessoa jurídica	23.566,14	845,36
IRRF pessoa física	195.834,79	212.094,53
ISSQN retido serviços pessoa física	4.882,52	6.812,77
ISSQN retido serviços pessoa jurídica	37.652,12	0,00
PIS/COFINS/CSLL retidos a recolher	57.505,12	2.500,76
COFINS sobre receitas de outras atividades	1.534,55	1.926,49
PIS sobre receitas financeiras	109,71	48,11
COFINS sobre receitas financeiras	675,14	296,07
Total de obrigações tributárias	321.760,09	224.524,09

19. SALÁRIOS E ENCARGOS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações trabalhistas	923.304,58	840.732,07
Salários a pagar	455.366,45	343.662,50
INSS a recolher	286.227,03	279.673,74
INSS sobre serviços tomados a recolher	89.223,12	150.630,29
PIS sobre folha de pagamento a recolher	17.497,77	7.506,82
FGTS a recolher	69.594,52	59.258,72
CREDUFU Coop. Econ.Cred. Mútuo	1.720,81	0,00
Crédito Consignado Banco do Brasil	3.674,88	0,00
Provisões trabalhistas	905.689,59	668.254,05
Provisão de férias	666.929,32	492.087,15
INSS sobre provisão de férias	178.737,06	131.879,39
FGTS sobre provisão de férias	53.353,89	39.366,64
PIS sobre provisão de férias	6.669,32	4.920,87
Total de salários e encargos	1.828.994,17	1.508.986,12

20. CONVÊNIOS A REALIZAR

A Fundação gerencia diversos convênios e projetos, principalmente ligados à Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Os convênios e projetos são registrados em contas de aplicações financeiras vinculadas (nota 5) no ativo, em contrapartida da conta convênios a realizar no passivo. Os convênios a realizar têm sua realização no resultado, quando do reconhecimento dos gastos correspondentes.



Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Convênios diversos	200.571.391,60	181.960.674,81
Adiantamentos de convênios	767.504,60	1.352.511,08
Total de convênios a realizar	201.338.896,20	183.313.185,89

21. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS LONGO PRAZO

Reconhecimento de obrigações tributárias questionadas judicialmente através de ação ajuizada de procedimento comum em desfavor da UNIÃO, postulando provimento antecipatório que determine a imunidade tributária prevista nos artigos 150, 195 e 240 da Constituição da República.

Os valores questionados são depositados judicialmente (nota 10) de acordo com os vencimentos mensais das obrigações e o valor da variação monetária passiva reconhecido.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
PIS sobre folha de pagamento	277.265,68	219.763,92
PIS sobre receitas financeiras	3.207,80	1.901,62
COFINS sobre receitas financeiras	19.527,52	11.613,87
COFINS sobre receitas de outras atividades	101.564,54	73.083,56
INSS patronal	10.315.956,56	6.962.344,79
Total de obrigações tributárias longo prazo	10.717.522,10	7.268.707,76

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Patrimônio Social

Compreende o patrimônio social inicial, acrescido dos superávits, diminuído dos déficits e ajustes ocorridos. Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio remanescente será destinado à Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

No exercício de 2024, a Fundação teve um superávit de R\$ 712.284,32 (setecentos e doze mil e duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos). O superávit de 2023, de R\$ 206.112,85 (duzentos e seis mil e cento e doze reais e oitenta e cinco centavos), foi incorporado ao patrimônio social no exercício de 2024.

Todos os resultados obtidos pelas operações da Fundação são incorporados ao seu patrimônio social e utilizados na execução de seus objetivos estatutários.

Em nenhuma hipótese os resultados são distribuídos por se tratar de Fundação sem fins lucrativos.



23. RECEITAS SEM RESTRIÇÕES

As receitas da entidade estão assim representadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas diversas	1.127.770,29	1.383.081,55
Serviços prestados	37.252,11	28.183,40
Receita com administração de convênios	6.030.000,76	4.806.637,64
Receita de aluguéis	254.498,00	264.821,68
Total da receita bruta	7.449.521,16	6.482.724,27
Cofins sobre receitas – Outras atividades	(20.306,25)	(20.264,06)
Total da receita líquida	7.429.214,91	6.462.460,21

24. RECEITAS COM RESTRIÇÕES

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de convênios	149.756.914,93	114.082.847,24
Total de receitas de convênios	149.756.914,93	114.082.847,24

25. SALÁRIOS E ENCARGOS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Salários e ordenados	(1.704.362,60)	(1.545.830,09)
Férias	(200.976,92)	(190.154,12)
13. salário	(140.330,11)	(127.993,69)
INSS	(538.354,18)	(467.389,26)
FGTS	(160.078,39)	(150.451,85)
PIS sobre Folha	(30.107,95)	(17.439,84)
Auxílio transporte	(189.161,27)	(154.799,70)
Vale refeição	(476.964,40)	(388.668,91)
Assistência médica	(127.262,82)	(95.217,99)
Vale combustível	0,00	(333,00)
Rescisões contratuais	0,00	(13.844,71)



Uniformes e vestimentas	(10.177,00)	(6.601,60)
Outras despesas com pessoal	(3.939,18)	(5.071,23)
Cursos e treinamentos	(4.700,00)	(868,58)
Total de despesas com pessoal	(3.586.414,82)	(3.164.664,57)

26. DESPESAS ADMINISTRATIVAS GERAIS

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Taxas e emolumentos	(12.830,22)	(12.596,93)
Despesas com importação	(3.229,15)	(5.971,98)
Contribuições e doações	0,00	(1.666,67)
Material de escritório	(2.812,57)	(14.363,40)
Material de uso e consumo	(496.367,48)	(479.658,85)
Lanches e refeições	(70.145,65)	(50.432,41)
Assistência Contábil e Jurídica	(47.605,20)	0,00
Manutenção de bens móveis	(10.757,00)	(27.256,00)
Manutenção de edificação	(4.130,66)	(5.101,18)
Bolsa de ensino	(77.252,87)	(79.917,08)
Fundo institucional	(627.155,40)	(420.903,71)
Material de informática	(41.455,89)	(45.282,78)
Anúncios e publicações	(55.652,29)	(29.618,39)
Cursos e congressos	(19.809,28)	(49.147,07)
Viagens e estadias	(149.700,55)	(80.690,07)
Despesas administrativas e gerais	(467.785,29)	(212.388,43)
Seguros	(16.852,97)	(19.712,88)
Serviços de terceiros - pessoa física	(394.335,27)	(370.255,56)



Serviços de terceiros - pessoa jurídica	(1.120.562,42)	(785.107,49)
Despesas com Provisão Créditos Liquidação Duvidosa	(20.555,62)	(7.200,00)
Locação de equipamentos	(3.010,00)	(4.325,88)
Energia elétrica	(104.224,49)	(94.769,73)
Outras despesas administrativas	(75.521,65)	(139.947,91)
Total de despesas administrativas e gerais	(3.821.751,92)	(2.936.314,40)

27. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

Representa valores de recuperação de despesas do período e recuperação de tributos com compensação de impostos previdenciários apurados no ano de 2024, através da ação ajuizada de procedimento comum em desfavor da UNIÃO, postulando provimento antecipatório que determine a imunidade tributária prevista nos artigos 150, 195 e 240 da Constituição da República.

28. DESPESAS COM CONVÊNIOS E PROJETOS – COM RESTRIÇÃO

Representa valores executados de convênios e contratos que a Fundação administra, sendo que o reconhecimento de receitas e despesas respeitam o princípio da Competência. Os valores relativos aos convênios e projetos a executar conjugam com os valores constantes do Ativo, nas contas Equivalentes de Caixa e Aplicações (recursos com restrições). Esses valores são aplicados em investimentos de liquidez imediata e os seus rendimentos são creditados diretamente em conta corrente, tendo como contrapartida o próprio convênio, não transitando nas contas de resultado da Fundação.

A Administração da Fundação atende ao disposto na ITG 2002 (R1), demonstrando de forma segregada, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de resultados, os efeitos das transações envolvendo os recursos oriundos da gestão de convênios, projetos e contratos.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Repasses de convênios	(149.756.914,93)	(114.082.847,24)
Total de receitas de convênios	(149.756.914,93)	(114.082.847,24)

29. RESULTADO FINANCEIRO

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Rendimento aplicação financeira	174.819,36	86.574,48
Juros Recebidos	515,40	0,00
Variações monetárias	804.733,46	543.745,11
Descontos obtidos	475,66	544,97
Total das receitas financeiras	980.543,88	630.864,56
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(807.962,58)	(543.745,11)
Juros e multas pagos	(18.259,34)	(51.181,05)
Despesa bancárias	(39.810,30)	(47.136,88)
Despesas com cartão de crédito	(262.167,25)	(129.464,63)
PIS e COFINS s/receita financeira	(7.900,76)	(3.916,07)
Total das despesas financeiras	(1.136.100,23)	(775.443,74)
Total do resultado financeiro líquido	(155.556,35)	(144.579,18)

30. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

30.1. Perdas possíveis

Conforme Resolução CFC nº 1.180/09 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 19.7 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, as possíveis perdas, oriundas de processos cíveis, tributários e trabalhistas, na data de 31 de dezembro de 2024, estão assim representadas e estimadas.

Os processos judiciais cíveis e tributários classificados pelos assessores jurídicos como perda possível não provisionadas em 31 de dezembro de 2024 é de R\$1.105.408,69 e, em 31 de dezembro de 2023 é de R\$2.704.449,41.

31. GERENCIAMENTO DE RISCOS

31.1. Taxas de juros: A Fundação, em razão da natureza das suas transações de caixa não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos das demonstrações contábeis.



31.2. Concentração de riscos de crédito: A Fundação monitora permanentemente o nível de suas contas a receber o que limita o risco de contas inadimplentes. A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

31.3. Encargos financeiros e variação cambial: A Fundação monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

32. SEGUROS CONTRATADOS

A Fundação de Apoio Universitário – FAU mantém política de monitoramento dos riscos inerentes as suas operações. Para tanto, possui contratos de seguros considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros e riscos de responsabilidade civil.

33. EBTIDA

O cálculo do Ebitda apresentado abaixo, representa a geração operacional de caixa da entidade, ou seja, o quanto a fundação gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração os efeitos financeiros.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro	867.840,67	350.692,03
Depreciação e amortização	132.953,83	115.726,34
Ebitda	1.000.794,50	466.418,37

RAFAEL VISIBELLI Assinado de forma digital por
RAFAEL VISIBELLI
JUSTINO:0443700
JUSTINO:04437009665
9665 Dados: 2025.06.20 11:12:16
-03'00'

Rafael Visibelli Justino
Diretor Executivo

MARIA GERALDA DE Assinado de forma digital por
MARIA GERALDA DE
FARIA:05764809673 FARIA:05764809673
Dados: 2025.06.20 11:13:17
-03'00'

Maria Geralda de Faria
Contadora
CRC-MG 093.123/O

DS
PHPG

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 5D700F91-A2F0-40C5-9D49-096C12F06D3F

Status: Concluído

Assunto: Complete com o Docusign: DEMONSTRAÇÕES CONTABEIS FAU 2024 COM NOTAS EXPLICATIVAS E RELATORIO AU...

Envelope fonte:

Documentar páginas: 27

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 1

Rubrica: 25

PEDRO HENRIQUE PORTO GONCALVES

Assinatura guiada: Ativado

pedro@pelegrinorodrigues.com.br

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

Endereço IP: 186.251.244.243

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: PEDRO HENRIQUE PORTO

Local: DocuSign

20/06/2025 11:41:11

GONCALVES

pedro@pelegrinorodrigues.com.br

Eventos do signatário

PEDRO HENRIQUE PORTO GONCALVES

pedro@pelegrinorodrigues.com.br

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura

DocuSigned by:
PEDRO HENRIQUE PORTO GONCALVES
02F48513AD134A3...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 186.251.244.243

Registro de hora e data

Enviado: 20/06/2025 11:41:35

Visualizado: 20/06/2025 11:41:47

Assinado: 20/06/2025 11:44:47

Assinatura de forma livre

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	20/06/2025 11:41:35
Entrega certificada	Segurança verificada	20/06/2025 11:41:47
Assinatura concluída	Segurança verificada	20/06/2025 11:44:47
Concluído	Segurança verificada	20/06/2025 11:44:47
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora